

Eleição municipal: 427 Constituintes a favor

BRASÍLIA — Com 427 assinaturas de apoio entre os constituintes de todos os partidos, o Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) encaminhou ontem à Mesa da Constituinte projeto de decisão que garante a realização das eleições municipais de 15 de novembro de 1988. Agora, a Mesa deverá submetê-la ao plenário.

O projeto de decisão estabelece que as eleições de novembro serão realizadas de acordo com as normas legais das eleições de 1982, adaptadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, através de instruções, para a legislação vigente. Com isso, o TSE acabaria, por exemplo, com a vinculação de votos.

Faria de Sá quer transformar o assunto em matéria de competência da Constituinte, porque teme que o projeto de lei que as lideranças partidárias vão encaminhar à Câmara e ao Senado seja "torpedeado" pelo Governo.

— Certamente a Câmara vai apro-

var o projeto de lei das lideranças. Mas quem pode garantir que o mesmo vai acontecer no Senado? Lá, basta um Senador para obstruir o projeto e inviabilizá-lo. Como o Governo não quer as eleições municipais, Senadores como Saldanha Derzi, Alexandre Costa ou Edson Lobão vão tratar de torpedear a idéia.

O Senador Saldanha Derzi (PMDB-MS), Líder do Governo no Senado, disse que vem defendendo o cancelamento das eleições em seu próprio nome, e não em nome do Governo. Para ele, será "desastroso" manter a eleição municipal deste ano, por causa do déficit público, da inflação e da necessidade de se institucionalizar de vez o País, por meio da legislação complementar.

— Uma alternativa é realizar eleições gerais, de Vereador a Presidente da República, em 1990. Seria o ideal. Garanto que a maioria da Constituinte pensa como eu, mas não tem coragem de falar. Ninguém

assume claramente esta posição, mas no fundo, nos bastidores, muitos trabalham por ela — afirmou.

Preocupado com a pecha de portavoz da Presidência, Saldanha Derzi prometeu que vai perguntar a Sarney qual é a sua opinião sobre o assunto:

— O Presidente nunca me disse uma palavra sobre adiamento de eleições. Falo em meu nome. Mas vou pedir a ele uma orientação política, para que possa trabalhar em nome do Governo.

Ontem, um dos autores de emenda que propõe o adiamento do pleito — mas com eleições gerais em 1989 —, o Deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI), admitiu modificar sua proposta, marcando eleições gerais para janeiro.

A manutenção das eleições de novembro será um dos temas da conversa do Governador Moreira Franco com a bancada do PMDB do Rio, no café da manhã de hoje, no Hotel Carlton, em Brasília.

Para Newton, o pleito é irreversível

BELO HORIZONTE — A certeza da realização de eleições municipais este ano, como determina a atual Constituição, levou o Governador Newton Cardoso a suspender as articulações para uma reunião com todos os seus colegas peemedebistas, em Minas, ainda este mês. Ele disse ontem ao GLOBO que ficou seguro da realização dos pleitos municipais este ano depois de conversar com diversos Governadores, Constituintes e com o Presidente José Sarney.

O Governador de Minas acredita — principalmente depois do empenho demonstrado dentro da Assembléia Constituinte — que as eleições municipais este ano são irreversíveis. Tranqüilo, já que pela sua previsão o Palácio da Liberdade fez cem por cento dos Diretórios nas Convenções municipais do partido realizadas em março, Newton disse que ainda não tem uma posição sobre a sugestão do coordenador da bancada federal do PMDB mineiro, Gil César, no sentido de que o mandato dos Prefeitos e Vereadores que serão eleitos este ano seja de dois anos (mandato-tampão). Na argumentação de Gil César, é necessária a verticalização das eleições no País, de Governador a Vereador, com exceção para

a do Presidente da República.

Newton Cardoso não descartou, porém, a idéia de um novo encontro com todos os Governadores. A sua intenção é convencer seu colega de São Paulo, Orestes Quercia, a promover o encontro, no máximo até maio, para analisar a conjuntura nacional. Ele acredita que Waldir Pires, Miguel Arraes e Fernando Collor de Melo não deixarão o PMDB por discordâncias políticas com o Governo federal, tanto que prometeu trabalhar com seus colegas para evitar possíveis retaliações econômicas contra a Bahia, Pernambuco e Alagoas.

Sobre o mandato do Presidente José Sarney, Newton disse que não há mais dúvidas de que sua duração será de cinco anos. Ele prevê para o fim de maio o término dos trabalhos constitucionais, particularmente depois que o Deputado Ulysses Guimarães encontrou uma fórmula de forçar a presença dos parlamentares no plenário.

Newton Cardoso viajou ontem a Brasília para participar do jantar que o Presidente Sarney ofereceu aos Presidentes do Uruguai, Julio Sanguinetti, e da Argentina, Raul Alfonsín.

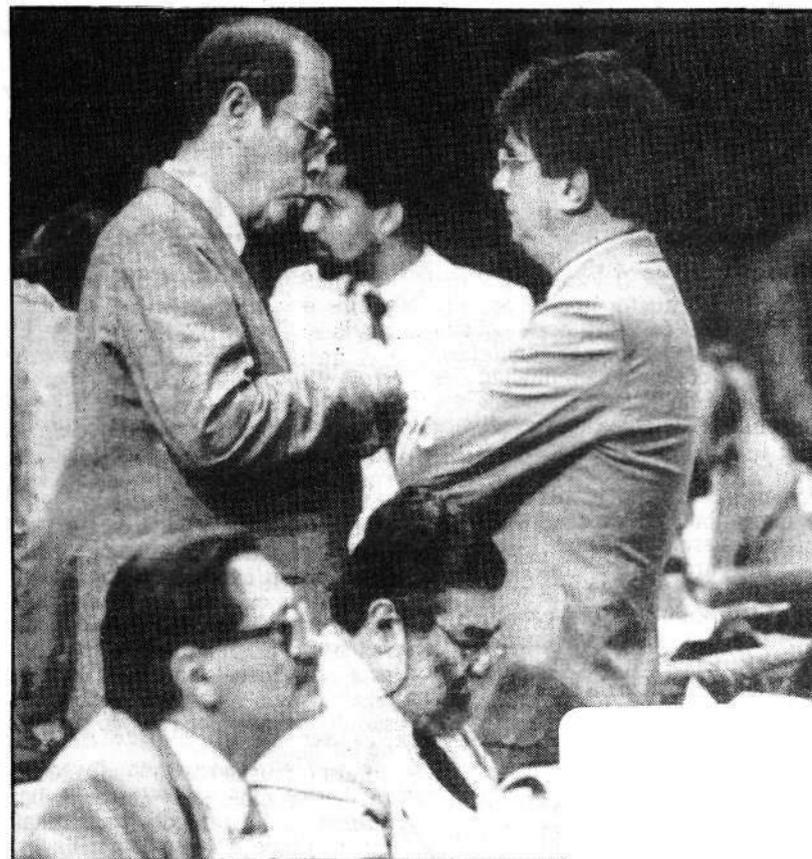
Aureliano acha que calendário não muda

BELO HORIZONTE — O Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, disse ontem que não acredita em mudanças no calendário que determina a realização de eleições municipais este ano.

— Tenho o sentimento de que vai haver eleições municipais este ano — disse ele, ressaltando, entretanto, ser difícil fazer prognósticos sobre votações no Congresso e na Constituinte.

Interpelado sobre uma proposta de rompimento do PFL com o Governo federal, Aureliano respondeu que em recente encontro das lideranças do partido a avaliação dominante foi favorável à manutenção do apoio ao Presidente Sarney. Acrescentou que o fórum legítimo para a decisão desta questão é a Convenção nacional do PFL, marcada para maio.

— Nós do PFL temos responsabilidade no Governo da República. O senhor José Sarney foi indicado candidato a Vice-Presidente na chapa de Tancredo Neves pelo PFL — frisou Aureliano, que reafirmou o seu propósito de deixar o Ministério das Minas e Energia logo que for promulgada a nova Constituição.



No meio do plenário, Ibsen ouve o Líder do Governo, Carlos Sant'Anna

PMDB não deve debater já apoio ao Governo, diz Ibsen

BRASÍLIA — O Líder do PMDB na Câmara, Deputado Ibsen Pinheiro, é contra qualquer convocação de sua bancada para discutir a questão do alinhamento do partido ao Governo. Ele acha que o momento, de intenso trabalho constituinte, não é propício a este debate, que só deve ocorrer após a promulgação da nova Carta.

Esta posição contraria os peemedebistas mais ligados a Sarney — que defendem manifestações explícitas a favor do Executivo — mas conta com o apoio do Presidente do partido e da Constituinte, Ulysses Guimarães. Sempre que é indagado sobre a questão, ele repete que a prioridade do PMDB, no momento, é a Constituinte.

Ibsen Pinheiro esclareceu que até agora não recebeu nenhuma proposta de consulta à bancada sobre uma nova aliança com o Governo. Alertou, contudo, para os prejuízos que uma precipitação deste debate poderia causar aos trabalhos da Consti-

tuinte, sugerindo que a definição seja adiada para a Convenção nacional do partido, marcada para junho próximo.

— A tarefa, neste momento, é terminar a Constituição. A seguir, o partido poderá decidir sobre suas relações com o Governo.

● ULYSSES — O Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, não criará fatos políticos relacionados com o Governo, pelo menos até a promulgação da nova Constituição. Manterá os Ministros do partido e, só depois de ver pronto o texto da nova Carta e o quadro político mais definido, conversará com o Presidente Sarney sobre novas coalizões partidárias de apoio ao Governo.

De acordo com um Ministro bem próximo do Presidente do PMDB, a tática de Ulysses é imobilizar o Presidente até o final da Constituinte, quando haverá também uma definição do PMDB em relação ao Governo, através da Convenção extraordinária.

Dissidentes pensam em criar conselho na nova sigla

BRASÍLIA — Um conselho político, eis o mecanismo de que o cogitado partido que resultar da dissidência do PMDB se servirá para barrar filiações indesejáveis e preservar o perfil ideológico de centro-esquerda pretendido por seus articuladores.

— Saímos do PMDB porque ele inchou. Não vamos permitir que isso aconteça com o novo partido. Quem nele quiser entrar, como o Senador Gérson Camata (PMDB-ES), o ex-Governador catarinense Esperidião Amin e o ex-Deputado Néelson Marchezan (PDS-RS), terá que ser aprovado pelo conselho. E duvido que isso ocorra com pessoas como essas — disse a Deputada Cristina Tavares (PE), que recentemente desligou-se do PMDB.

A posição de Cristina é compartilhada, em parte, pela totalidade dos parlamentares que vêm tratando da criação da nova agremiação. A divergência entre eles vem à tona quando se fala em nomes. A Deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) é um exemplo dessa dubiedade: a maioria dos "progressistas" reconhece sua "boa atuação" na Constituinte, mas critica seus antecedentes lacerdistas.

As sondagens surgem das várias frentes, com os mais diversos objetivos. Para Cristina, algumas abordagens seriam tentativas de descaracterizar o novo partido em seu nascedouro.

O Governador Fernando Collor de Mello, de Alagoas, também procurou conversar com os organizadores da nova sigla. Há um mês, ele reuniu cinco "progressistas" na casa do Deputado Vicente Bogo (PMDB-RS), num encontro que produziu pelo menos uma conclusão da parte da dissidência peemedebista: o Governador pretenderia apenas estender, em seu Estado, o domínio sobre mais uma legenda.

— Não queremos ser mais uma legenda de aluguel, como é o PTB — salientou Cristina Tavares.

A delimitação ideológica pretendida pelos "progressistas" vai do social-democrata ao socialista, passando pelo liberal-moderno. Neste último caso enquadram-se os mais notórios dissidentes do PFL, Deputados Alcení Guerra (PR), Saulo Queiroz (MS), Jaime Sant'Anna (MA) e Maria Abadia (DF), cuja aprovação seria certa pelo novo partido.